

A Educação do Campo na UFRB: apontamentos sobre uma caminhada (2008-2024)

Rural Education at UFRB: notes on a walk (2008-2024)

Fábio Josué Souza dos Santos

Terciana Vidal Moura

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Amargosa-Brasil

Resumo

O artigo objetiva descrever e analisar o percurso histórico de construção da Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Assim, apresenta um panorama da Educação do Campo na instituição, que tem se destacado pela realização de inúmeras ações de ensino, pesquisa e extensão e pela oferta progressiva, desde 2011, de 14 (quatorze) cursos de graduação e pós-graduação na área. Metodologicamente, adota uma abordagem qualitativa e utiliza-se da análise de documentos dos cursos, dados estatísticos, bem como a vivência do(a) autor(a) no desenvolvimento de muitas das ações realizadas. A análise dos dados aponta para um significativo esforço institucional para desenvolver a Educação do Campo na UFRB, indica que tais ações têm contribuído para oportunizar aos camponeses o acesso à Educação Superior gratuita e evidencia a importância de programas como o Procampo e Pronera.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Superior; UFRB.

Abstract: The article aims to describe and analyze the historical trajectory of the construction of Field Education at the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB). It presents an overview of Field Education at the institution, which has stood out for carrying out numerous teaching, research, and extension actions and for the progressive offering, since 2011, of fourteen (14) undergraduate and graduate courses in the area. Methodologically, it adopts a qualitative approach and uses the analysis of course documents, statistical data, as well as the experience of the author(s) in the development of many of the actions carried out. The data analysis points to a significant institutional effort to develop Field Education at UFRB, indicates that such actions have contributed to providing peasants with access to free Higher Education, and highlights the importance of programs such as Procampo and Pronera.

Keywords: Rural Education; Higher Education; UFRB.

Introdução

As lutas sociais desenvolvidas nas últimas seis décadas no Brasil no enfrentamento ao histórico descaso dispensado pelo Estado aos sujeitos do campo, em especial no que se refere ao acesso a terra e à educação escolar, produziram propostas coletivas de resistência, entre elas a Educação do Campo (EC), que foi se forjando como movimento político-pedagógico, categoria teórica e política pública, numa aliança que envolve os movimentos sociais do campo, as Universidades e o poder público, a partir da segunda metade da década de 1990.

A entrada da Educação do Campo na agenda política educacional do país a partir de sua formalização como política pública em 1998, com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e outros programas posteriores, demandou às Universidades (re)direcionar seu olhar para os povos do campo.

Na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), segunda instituição federal de educação superior do estado, que completou 19 anos em 2024, a Educação do Campo esteve presente desde seus primórdios, inicialmente através de projetos de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se a partir de 2011 com a abertura progressiva de um conjunto de cursos de graduação e pós-graduação, entre eles o Mestrado Profissional em Educação do Campo/Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO/UFRB), único no Brasil até o momento.

Essas ações têm contribuído para o ingresso de camponeses e camponesas na Educação Superior e, especialmente, para a formação de professores(as) das redes públicas de ensino, gestores(as) públicos e articuladores(as) dos movimentos sociais do campo para implementar o projeto de Educação do Campo delineado a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB 1, de 03/04/2002) e da Política Nacional de Educação na Reforma Agrária (Decreto nº 7.352, de 04/11/2010).

A oferta de mais de uma dezena de cursos na modalidade da Pedagogia da Alternância, com currículos organizados em dois tempos formativos, o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC), tem oportunizado a participação de estudantes vinculados a instituições e organizações camponesas de diferentes regiões do estado da Bahia e de outros estados, sobretudo das regiões Nordeste, Norte e Sudeste, assegurando a

ampliação da oferta de educação superior às populações do campo, respeitando a diversidade e a identidade dos povos camponeses, considerando as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo.

Nessa seara, a produção deste artigoⁱ tem o objetivo de descrever e analisar, sucintamente, o percurso histórico de construção desta experiência na UFRB, ao longo de 15 anos, e apresentar um panorama da Educação do Campo na instituição, realizando um balanço das ações da Universidade.

Metodologicamente, recorreremos à abordagem quali-quantitativa. As reflexões e dados trazidos amparam-se nas vivências e reflexões autobiográficas do autor e da autora deste texto, já que ambos participaram ativamente do histórico da Educação do Campo na UFRB; e também, no levantamento de dados primários e secundários apanhados junto aos setores administrativos e acadêmicos da UFRB.

As fontes primárias para levantamento de dados consistiram em um conjunto de documentos referentes a ações da Educação do Campo desenvolvidas na UFRB entre 2008 e 2024. Também foram consultados normativos produzidos pela Universidade, a exemplo de Resoluções do Conselho Acadêmico (CONAC), Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), notícias publicadas no hotsite da UFRB, sobretudo matérias da Assessoria de Comunicação (Ascom) referentes à aprovação de propostas em editais externos, aulas inaugurais e aberturas de curso, bem como informações, notícias e documentos públicos constantes no site dos próprios cursos e no site da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd); bem como dados estatísticos sistematizados referentes a matrículas e egressos, levantados junto a diferentes setores da universidade, como a Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan).

O artigo está estruturado em três tópicos, além desta *Introdução* e das *Considerações finais*. Num primeiro tópico apresentamos a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, destacando a sua contribuição para a democratização do acesso ao ensino superior no estado. Em seguida, contextualizamos a emergência da Educação do Campo no Brasil, caracterizando-a. Por fim, historicizamos e tecemos um panorama da Educação do Campo na UFRB, relacionando atividades e cursos ofertados, bem como limites e conquistas da institucionalização desta política na Universidade.

A UFRB e a expansão do acesso das camadas populares à Educação Superior

A trajetória da educação brasileira é marcada historicamente por uma acentuada exclusão educacional. Até a década de 1960, vamos assistir a uma permanente exclusão das camadas populares da escola (Moll, 1996). A partir do final da referida década, por conta das demandas colocadas pelo modelo de sociedade urbanizada e industrializada em marcha, há uma progressiva, embora lenta, democratização do acesso à escola que, entretanto, vai empreender mecanismos de exclusão no ambiente escolar, configurando o que Moll (1996) denomina de “exclusão *na* escola”. Nas últimas décadas, apesar dos avanços que tivemos a partir do modelo político e social inaugurado pela Constituição de 1988, ainda assistimos à alarmante desigualdade educacional, sobretudo quando consideramos os recortes de raça, de classe social e de localização geográfica.

No que se refere à Educação Superior, é preciso constatar que só muito tardiamente tivemos a implantação dos cursos superiores no Brasil, inicialmente em 1808, de forma muito restrita, fragmentada e voltada para a formação de profissões estratégicas no governo português, então recém-migrado para a América do Sul. Somente em 1920 foi criada “a primeira instituição de ensino superior do Brasil que vingou com o nome de Universidade”, a então Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (Cunha, 1986, p. 211). Apenas a partir da década de 1930 há uma expansão das instituições universitárias, embora de forma muito lenta, concentrada nas grandes cidades, com forte estímulo à iniciativa privada.

A ausência de políticas educacionais voltadas à expansão das universidades e vagas no ensino superior prolongou-se por várias décadas, de modo que até o início do século XXI, as vagas nas universidades públicas do Brasil eram ocupadas majoritariamente por estudantes de classes sociais mais favorecidas, com capital cultural e econômico mais privilegiado e de cor branca.

Só a partir de 2003, com o primeiro governo do presidente Lula, passamos a ter uma alteração significativa nesse cenário, de modo que o número de matriculados no ensino superior salta de 3.479.913 estudantes em 2002 para 6.633.545 em 2015, após o fim do primeiro mandato da presidenta Dilma (Brasil, 2003; Brasil, 2015).

Observa-se que o número de matrículas quase dobrou no período 2002-2015. No mesmo intervalo, a rede federal teve um grande crescimento, aumentando o número de matrículas de 531.634 para 1.133.172 estudantes, graças à criação de novas Universidades e

Institutos Federais. Em 2002, o Brasil possuía apenas 43 Universidades Federais; durante os governos Lula I (2003-2006) e Lula II (2007-2010) e no primeiro governo Dilma (2011-2014), foram criadas mais 20 novas Universidades Federais, sendo 17 delas no interior do país, contribuindo para a democratização e interiorização do acesso, pois o número de matrículas nas Universidades federais situadas no interior do país cresceu de 169.269 em 2002 para 529.031 em 2015, representando um crescimento de 200% (Brasil, 2003; Brasil, 2015).

É nesse contexto histórico e político, favorável à expansão e interiorização da Educação Superior, que foi criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sendo esta a segunda universidade federal implantada com sede no estado da Bahia, que conta atualmente com 6 universidades federais e 2 institutos federais, além de 4 universidades estaduais, estas criadas anteriormente, entre 1976 e 1991.

A UFRB foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada no município de Cruz das Almas-BA.

Concebida numa organização *multicampi*, a Universidade tem sua sede em Cruz das Almas e possui *campi* nessa comarca e nos municípios de Amargosa, Cachoeira/São Félix, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus.

Possui uma comunidade acadêmica constituída de 19.395 mil pessoas, com 17.213 estudantes ativos e mais 1.022 professores, 705 servidores técnicos e 455 colaboradores terceirizados, espalhada nos diferentes municípios onde estão instalados seus *campi*. Oferta 101 cursos, sendo 64 de graduação e 45 de pós-graduação (incluindo 6 doutorados), nas mais diferentes áreas do conhecimento (UFRB, 2024).

A criação da UFRB é um processo fruto da convergência entre a implantação de uma política pública nacional de expansão e interiorização da Educação Superior federal, ocorrida a partir de 2003, nos governos Lula e Dilma, e da mobilização social e política do povo do Recôncavo da Bahia, impulsionada por lideranças acadêmicas, progressistas, da então Escola de Agronomia da UFBA, lideranças políticas municipais e estaduais e movimentos sociais e sindicais da região, que reivindicaram a implantação de uma Universidade no referido território. A intensa mobilização social em torno da criação da UFRB contou com várias audiências públicas realizadas em vários municípios da região.

Passadas quase duas décadas de existência, constata-se que são inúmeras as contribuições da UFRB para o desenvolvimento da região, entre as quais destacamos:

- a) A inclusão social de segmentos populacionais que historicamente estiveram excluídos do ensino superior (estudantes oriundos da escola pública, população preta, parda, periférica, camponesa, quilombola, indígena, LGBTQIA+), que através um conjunto de ações afirmativas e assistência estudantil, tiveram a oportunidade de ingressar na Educação Superior. Neste aspecto, os dados apontam uma grande singularidade, fazendo da UFRB a Universidade mais negra e mais inclusiva do país. Dados de julho de 2023 indicavam que 81,8% de nossos estudantes se autodeclaravam pretos e pardos; 86,5% são de famílias que possuem renda *per capita* de até 1,5 Salário Mínimo e 73,2% são oriundos da escola pública (UFRB, 2023, p. 15);
- b) A formação de quadros técnicos, nas mais variadas áreas do conhecimento, desde a formação de professores, as ciências da saúde, as ciências agrárias, ambientais e biológicas, as ciências exatas, a cultura, as artes e humanidades e as energias sustentáveis, através da oferta de 109 cursos de graduação e pós-graduação. Até outubro de 2024, a UFRB já tinha formado mais de 14.759 egressos (UFRB, 2024);
- c) A dinamização científica e cultural da região, através da produção do conhecimento sobre a realidade local e da profícua interação com a sociedade, através dos inúmeros projetos de extensão universitária;
- d) Impulso à economia local, através da injeção de recursos em obras, empregos, salários, bolsas e serviços que dinamizam a região, sobretudo nos municípios sede de *campus*. Com orçamento anual de R\$ 346.444.409,00 em 2023, a UFRB teve o segundo maior orçamento público de uma região formada por 57 municípios que compõem os Territórios de Identidade Recôncavo, Vale do Jiquiriçá e Portal do Sertão, ficando atrás apenas do município de Feira de Santana, possuidor da segunda maior população da Bahia.

Considerando os impactos acima relacionados, especialmente no que diz respeito às três primeiras dimensões elencadas (inclusão social, formação acadêmica e dinamização científica e cultural), a UFRB tem contribuído, destacadamente, com a agenda da Educação do Campo, tratando-a como uma pauta importante em seu projeto institucional-acadêmico, conforme explicitado adiante.

Educação do Campo: do movimento à política pública

A Educação do Campo é um movimento político-pedagógico, uma categoria teórica e uma política pública forjada com base na reivindicação do direito a terra, à Educação, à produção agroecológica, numa articulação entre Movimentos Sociais do Campo (MSC), Universidades e Poder público em suas esferas federal, estadual e municipal. O Movimento Por uma Educação do Campo é fruto do acúmulo de diversas experiências políticas, educativas e pedagógicas construídas historicamente pelo conjunto de movimentos populares do Brasil que, desde a época do Brasil-Colônia, mobilizam-se na construção de alternativas ao modelo de sociedade excludente, que secularmente tem marcado o país.

Enquanto movimento, suas raízes históricas, segundo Silva (2006), podem ser localizadas no contexto inicial dos anos 1960, quando o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE), a campanha De Pé no Chão também se aprende a ler, o Movimento de Educação de Base (MEB), os Movimentos da Ação Católica (especialmente a JAC, Juventude Agrária Católica), ao lado de organizações camponesas surgidas no período vão contribuindo para “alargar o conceito de educação”, compreendendo-a como uma prática social capaz “de contribuir, direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas” (Silva, 2006, p. 62).

Contidas por conta da Ditadura Militar implantada no país a partir de 1964, as sementes dessas iniciativas vão germinar em outros contextos e espaços, tais como: a fundação das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), iniciadas em 1969 no Espírito Santo e expandidas durante as décadas seguintes; a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975; o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, e suas escolas de acampamento, assentamento e a Escola Itinerante; os diversos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR); as diferentes organizações camponesas surgidas no contexto dos anos 1980 e 1990, tais como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) etc., além de diversas organizações com atuação local ou regional.

Durante a segunda metade dos anos 1990, sobretudo a partir da realização do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Enera), ocorrido em 1997, o movimento cresce em nível de integração política, dando origem à “Articulação Nacional

Por uma Educação do Campo”, envolvendo movimentos sociais, universidades e poder público. A Articulação promove a I e a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, respectivamente em 1998 e 2004, e consegue alguma incidência junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao Ministério da Educação (MEC), além de governos estaduais e municipais. Reconfigurada e rebatizada em 2010 como Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), a Articulação procurou organizar um conjunto de movimentos sociais do campo, universidades e poder público, na construção de uma política de Educação do Campo (Kolling; Ir. Nery; Molina, 1999; Molina; Santos, 2022).

As diversas reuniões, seminários e conferências e os documentos produzidos por essa Articulação constituíram-se em espaços importantes para o refinamento teórico do **conceito** de Educação do Campo, que já vinha sendo materializado em diversas experiências, desde décadas anteriores.

A Educação do Campo tem buscado construir um projeto de educação que se distancia dos pressupostos que sustentaram historicamente a Educação Rural. Segundo Caldart (2004), a Educação do Campo é um projeto de educação da classe trabalhadora do campo brasileiro, que tem como berço de origem a luta empreendida por ela pela conquista da terra e vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que prioriza os diversos sujeitos sociais do campo. Neste sentido, para Caldart (2004), “A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio”, pois estes “representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular” (Caldart, 2004, p. 23).

Enquanto **política pública**, a Educação do Campo expressa-se em um conjunto de ações governamentais implementadas pelo Estado brasileiro nas últimas duas décadas, a partir da reivindicação dos MSC. Aqui se situa um novo arcabouço legal que concebe a Educação do Campo como um direito, bem como os projetos e programas dela decorrente.

No âmbito da legislação educacional, cabe destacar as “Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo”, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002 e complementadas pela Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008; e a “Política de Educação do Campo” instituída pelo Decreto Presidencial de nº 7.352, de 4 de novembro de

2010. Ainda cabe mencionar, no quesito legal, um conjunto de pareceres e resoluções instituídas por órgãos da Administração Pública nas esferas federal, estadual e municipal.

O novo arcabouço jurídico expressa a garantia do direito a uma educação que respeite as especificidades do modo de vida, da cultura e das necessidades dos camponeses e se desdobra em ações como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desde 1998; e a criação da Coordenação Geral de Educação do Campo na estrutura da Secretaria de Educação Continuada, Diversidade (Secad)ⁱⁱ no Ministério da Educação (MEC), em 2004, que vai se constituir em importante espaço de interlocução com os movimentos sociais do campo, gerando a formulação de diversos programas no âmbito desse ministério, tais como: o Programa Saberes da Terra, criado em 2005; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo (Procampo), criado em 2006; e, finalmente, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), instituído em 2013.

O Pronacampo reuniu um conjunto de ações e programas concebidos originalmente no âmbito da Educação do Campo, como o Procampo e o Programa Saberes da Terra e promoveu um recorte temático e geográfico (para o campo) de outros programas de cunho universalista já desenvolvidos pelo MEC, tais como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD Campo), o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE Temático), o Programa Mais Educação - Campo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Campo), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Campo e PDDE Água e Esgoto), o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo Rural). No âmbito do Pronacampo, foi criado ainda o Programa Escola da Terra, voltado para promover o acesso, a permanência e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, substituindo o Programa Escola Ativa, desenvolvido desde 1997, baseado em concepções e princípios destoantes da Educação do Campo.

Apesar dos importantes avanços conquistados, sobretudo no período entre 1998 e 2015, é importante destacar que, mesmo nesse período, a Educação do Campo conviveu em um cenário nacional em que predominaram as políticas neoliberais e, no campo, tivemos o avanço do projeto hegemônico, fundado no agronegócio, que atualiza no momento contemporâneo marcas fundantes da nação brasileira: o latifúndio e a monocultura de exportação, promovendo expulsão e desterritorialização dos sujeitos do campo.

No contexto do pós-golpe de 2016, o projeto do Agronegócio avançou, impondo grandes reveses à Educação do Campo. Assim, conquistas alcançadas ao longo de duas décadas perderam força, programas federais foram completamente esvaziados e, portanto, o que estava em espaço de disputa sofre grandes retrocessos (Jakimiu, 2021).

A Educação do Campo na UFRB: percurso histórico e panorama

No cenário histórico acima esboçado, todo o contexto nacional de debates e proposições em torno da Educação do Campo, que teve as Universidades como um elo importante desta construção, juntamente com os Movimentos Sociais e o Estado, acabou por repercutir sobre a UFRB, que passou a incorporar a temática como uma agenda importante.

Desde os anos iniciais de sua implantação, a UFRB tem empreendido ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao debate da Educação do Campo, consolidando esta trajetória a partir de 2011 com a oferta progressiva de cursos de graduação e pós-graduação, totalizando, até o presente momento, a incrível marca de 14 diferentes cursos ofertados.

A convergência de sete razões justifica essa construção histórica na instituição, a saber:

- a) A localização da instituição no interior do estado e sua presença física em municípios dos Territórios de Identidade Recôncavo, Vale do Jiquiriçá e Portal do Sertão, sendo a primeira universidade federal implantada completamente no interior da Bahia, portanto em ambientes de grande proximidade com as populações camponesas. Importante destacar que a Bahia é o estado que concentra o maior grupo de agricultores familiares do País, reunindo 623 mil estabelecimentos rurais de base familiar (Santos, 2009, p. 10);
- b) O processo de mobilização em prol da criação da UFRB, que contou com grande participação da sociedade civil regional, inclusive de movimentos sociais e sindicais do campo, que continuou, após a criação da Universidade, em interlocução com as estruturas da instituição recém-criada, sobretudo a Reitoria, a Pró-Reitoria de Extensão, Direções de Centros, grupos de pesquisa, ainda que de forma assistemática. Por estes elementos de sua origem e pela concepção que adota, a UFRB será uma Universidade sensível aos pleitos dos MSC, permeável às suas demandas, comprometida com as suas causas;

- c) A concepção progressista de Universidade formatada pelo grupo político que conduziu o processo de implantação da UFRB, expressa na compreensão de uma Universidade popular, diversa, inclusiva, negra, quilombola, camponesa, enraizada e fortemente permeável às demandas de seus territórios, como se vê na citação a seguir:

“Nascida a partir de uma ampla mobilização da sociedade baiana e em especial das regiões do Recôncavo e do Jiquiriçá, a UFRB traz em sua essência uma expressão e proposição de saberes, conhecimentos, formação, pesquisa e extensão diretamente relacionada à transformação social, notadamente, no que concerne a inclusão e igualdade sócio-racial” (Nacif *apud* Augusto, 2011, p. 1).

- d) A emergência da Educação do Campo como pauta nacional dos movimentos sociais do campo, dos governos (sobretudo na esfera federal) e das universidades, a partir de sua institucionalização como política pública, em 1998, com o Pronera e outros programas, posteriormente, a exemplo do Procampo, Pronaf, PAA etc., em anos que coincidem com a implantação, expansão e consolidação da UFRB. O debate nacional repercute indiretamente na UFRB, mobilizando sua comunidade, especialmente na área da Educação, para compreender as discussões sobre a Educação do Campo, bem como para aderir a editais nacionais lançados por programas diversos, fortalecendo as ações de Educação do Campo na Universidade;
- e) O contexto social e político do município de Amargosa no momento de implantação do Centro de Formação de Professores (CFP), que favorecia o debate sobre a Educação do Campo. Este contexto foi marcado por uma administração municipal progressista, conduzida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que estimulava o debate sobre a Educação do Campo, numa interface entre Educação, Agricultura e Meio Ambiente, inclusive com a criação de uma estrutura para cuidar desta pasta na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Supervisão de Educação do Campo; além da existência, no município, de outras instituições e órgãos com interface com o campo e o debate da Educação do Campo, como a Escola Agrotécnica de Amargosa (atualmente Centro Técnico de Educação Profissional – CETEP Vale do Jiquiriçá), o escritório regional da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (Ebda) e uma Organização Não Governamental (Ong) voltada para a questão ambiental, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia Sapucaia. Este contexto local foi importante não só em termos da ambiência cultural favorável ao debate da Educação

do Campo, mas também pelo apoio material efetivo a demandas que não eram possíveis de serem atendidas pela Universidade em sua fase de implantação;

- f) A convergência de pesquisadores com percursos acadêmicos na Educação do Campo, que após aprovação em concursos públicos para docente do magistério superior realizados pela Universidade passam a compor o quadro docente da UFRB, notadamente no CFP/*Campus Amargosa*, nos anos iniciais de implantação da Universidade. Esta confluência deu-se inicialmente sem planejamento, quando o CFP recebeu, casualmente, docentes com trajetória na Educação do Campo aprovados em concursos realizados em 2006 e 2009; posteriormente, a partir da ação dos referidos professores, ela começou a ser debatida e planejada, inclusive através de enfrentamentos e disputas por perfis de vagas de concurso destinadas ao *campus Amargosa*, resultando assim na ampliação do número de docentes vinculados à temática Educação do Campo;
- g) As oportunidades de apoio e financiamento nacional ensejadas por programas como o Procampo, Pronera, Parfor, Pibid, Pibid Diversidade, que foram bem aproveitadas pela Universidade e contribuíram para oferecer condições materiais para a implantação e ampliação de cursos de Educação do Campo na UFRB.

Feita a contextualização sobre a conjuntura que favoreceu a germinação da Educação do Campo na UFRB, apresentamos a seguir os marcos iniciais desse percurso histórico, para em seguida esboçar, de forma sistematizada, um panorama dos cursos ofertados pela instituição nesta temática.

Consideramos como marco fundador da Educação do Campo na UFRB a criação do componente curricular *Educação do Campo*, de natureza optativa, com carga horária de 51 horas, no curso de licenciatura em Pedagogia do Centro de Formação de Professores (CFP), *Campus Amargosa*, durante o ano de 2007, por ocasião da primeira reforma do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC)ⁱⁱⁱ. Este componente tem sido ofertado desde 2008.1, ano em que o novo PPC passou a vigorar. Tal componente abrigou como estudantes de suas primeiras turmas, dentre outros, professores e coordenadores pedagógicos de escolas do campo que, durante as aulas, instigavam o CFP a promover ações extensionistas para atender aos demais colegas das redes municipais de Amargosa e Mutuípe.

Desse modo, a partir do segundo semestre de 2009, atendendo à provocação de estudantes do componente curricular Educação do Campo por ações extensionistas, entendendo a importância desta pauta e considerando as suas próprias trajetórias profissionais e acadêmicas pregressas, docentes recém-ingressados no Centro desenvolveram o projeto de extensão “Educação do Campo em Amargosa: reconstruindo seus caminhos”, que se prolongou até 2012, sendo um marco importante na articulação com a rede municipal (Almeida, 2015).

Em paralelo, observando as demandas por formação continuada para essa temática específica, que também atinge todo o território nacional, os docentes vinculados ao projeto acima referido submeterem e aprovaram junto ao MCT/CNPq/INSA, em novembro de 2010 (Edital 035/2010), a proposta de financiamento do curso de Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização) em *Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro*. O curso recebeu, surpreendentemente, 164 pedidos de inscrições provenientes de 56 municípios situados em 9 estados brasileiros, o que apontava uma grande demanda de formação. Foram homologadas 153 inscrições, aprovados 50 estudantes, 49 dos quais efetuaram a matrícula. O curso, em regime de alternância, teve início em 04/04/2011 e foi finalizado em abril de 2013, com 45 concluintes. Os estudantes eram “oriundos de 32 municípios da Bahia e 1 do Piauí e vinculados a 23 redes municipais de ensino, 15 movimentos sociais e redes e organizações sociais do campo” (Lima, 2021, p. 42).

Esse foi o primeiro curso de Educação do Campo ofertado na UFRB e é um marco histórico importante, sobretudo porque trouxe para a Universidade estudantes vinculados aos movimentos sociais e sindicais do campo. A presença destes sujeitos circulando no *campus* com suas bandeiras, palavras de ordem, místicas, foi uma novidade no cotidiano do CFP e adensou politicamente a pauta.

A experiência da oferta desse curso de Especialização ensejou a articulação de docentes da UFRB, sobretudo do CFP, que trabalhavam com temáticas afins à Educação do Campo ou dela se aproximavam, que se inseriram como docentes e/ou orientadores dos TCCs no curso; bem como oportunizou a aproximação com pesquisadores de outras Instituições (UFBA, UNEB, UFSC, UESB, UFS, UFC, UFPI, UFF, IFbaiano etc.) que participaram de aulas, eventos e/ou bancas no referido curso, graças aos recursos

financiados pelo INSA, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), à época. Também ensejou a articulação mais orgânica do CFP/UFRB com diversos movimentos sociais e sindicais do campo e a realização de eventos locais e estaduais, sendo um marco importantíssimo na trajetória da EC na instituição.

Como faria em outras ocasiões, a UFRB soube aproveitar o ensejo do curso de especialização para fortalecer a Educação do Campo no âmbito da instituição. As ações deste curso de pós-graduação *lato sensu* foram conduzidas estrategicamente pela sua coordenação, membro do corpo docente e estudantes, para viabilizar, na sequência, a elaboração de uma proposta de Mestrado Profissional em Educação do Campo, aprovada pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) da Capes em sua reunião de 24 a 28/09/2012, tendo o início das aulas de sua primeira turma em 18/03/2013.

A partir da experiência da especialização e do curso de mestrado em implantação, nos anos seguintes, com o apoio de programas como o Procampo e Pronera e, também, através de iniciativas próprias, a UFRB fortalece a sua caminhada na Educação do Campo com a implantação progressiva de cursos de graduação e pós-graduação, inicialmente no CFP/*Campus Amargosa*; expandindo-se posteriormente para o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), *Campus Feira de Santana*, criado em 2013, onde deitou fortes raízes; e para o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), *Campus Cruz das Almas*, mais recentemente. Ao todo, a UFRB ofertou 14 cursos de Educação do Campo.

Todos os cursos são presenciais, ofertados em regime de alternância pedagógica, ancorados na Resolução CONAC/UFRB nº 016/2019, de 12 de junho de 2019, que “Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Modalidade e Regime de Alternância nos cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)”, aprovada na Universidade com o fito de institucionalizar o funcionamento dos cursos de Educação do Campo (UFRB, 2019).

Observa-se que no caso dos cursos de graduação em Educação do Campo, desde sua implantação, a Universidade definiu que os processos seletivos para ingresso nestes cursos fossem realizados através de um vestibular específico, movida pela compreensão de que a seleção realizada pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), adotado pela universidade para o ingresso no conjunto dos cursos, não dava conta de avaliar candidatos com o perfil para a

Educação do Campo. Desta forma, estes processos são assumidos por docentes do curso que participam da condução de todo o processo seletivo, incluindo a divulgação, elaboração, aplicação e correção das provas.

O **Quadro 1** sistematiza a relação dos cursos de graduação e pós-graduação em Educação do Campo ofertados pela UFRB ao longo de mais de uma década, indicando a sua denominação, *campus* de oferta, ano de início das atividades^{iv} e programa que o fomentou, quando for o caso.

Quadro 1 – Cursos da Educação do Campo ofertados na UFRB (2011-2024)

Cursos de graduação			
Nome do curso	Campus	Início	Programa / Financiador
Licenciatura em Educação do Campo: Habilitação em Ciências Agrárias	Amargosa	25/11/2013	Procampo, Edital nº 02/2012
Licenciatura em Educação do Campo: Habilitação em Matemática	Feira de Santana	25/11/2013	Procampo, Edital nº 02/2012
Licenciatura em Educação do Campo: Habilitação em Ciências Naturais	Feira de Santana	25/11/2013	Procampo, Edital nº 02/2012
Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo	Feira de Santana	29/10/2015	Parfor
Tecnólogo em Agroecologia	Amargosa	09/05/2016	Pronera
Tecnólogo em Alimentos na Educação do Campo	Feira de Santana	24/09/2018	UFRB (Próprio)
Licenciatura em Educação Escolar Quilombola	Amargosa	2024.2. Em implantação	Parfor Equidade Edital N° 23/2023
Cursos de pós-graduação lato e stricto sensu			
Nome do curso	Campus	Início	Programa / Financiador
Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro	Amargosa	04/03/2011	INSA/MCT, Edital 035/2010
Mestrado Profissional em Educação do Campo	Amargosa	18/03/2013	UFRB (Próprio)
Especialização em Agroecologia e Tecnologias Sociais na Educação do Campo	Feira de Santana	03/01/2022	UFRB (Próprio)
Pós-graduação lato sensu em Residência Profissional em Ciências Agrárias	Feira de Santana / Cruz das Almas	23/05/2023	MAPA, Edital N° 01/2020 – Programa Residência Profissional Agrícola
Cursos de aperfeiçoamento			
Nome do curso	Campus	Início	Programa / Financiador
Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Escola da Terra (180h)	Amargosa	2023.2	MEC/Secadi (Escola da Terra)
Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola (180h)	Amargosa	2023.2	MEC/Secadi
Programa Escola da Terra - Turma 2: Programa Formação de Formadores das Escolas do Campo/FORMACAMPO	Cruz das Almas	2024.2	MEC/Secadi (Escola da Terra)

A Educação do Campo na UFRB: apontamentos sobre uma caminhada (2008-2024)

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados levantados no site institucional da UFRB e dos cursos (2024)

Analisando-se o Quadro 1, constata-se a existência de um total de 14 cursos implantados no período entre 2011 e 2024, sendo 7 de graduação (5 licenciaturas e 2 tecnológicos) e 7 de pós-graduação (3 *lato sensu*, 1 *stricto sensu* e 3 de aperfeiçoamento). Do total de 14 cursos, 7 estão vinculados ao *Campus Amargosa*; 5 ao *Campus Feira de Santana*; e 1 curso está vinculado, conjuntamente, ao *Campus Cruz das Almas* e ao *Campus Feira de Santana* e 1 curso está vinculado ao *campus Cruz das Almas*.

Dos 14 cursos ofertados, 11 estão em pleno funcionamento desde sua criação e 3 encontram-se paralisados, pois ofertaram apenas uma edição. Entre os cursos paralisados, encontra-se a *Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo*, ofertado pelo Parfor, no *Campus* de Feira de Santana; e o *Tecnólogo em Agroecologia*, financiado pelo Pronera, no *Campus Amargosa*. A interrupção destes cursos deveu-se ao desmantelamento dos programas que os financiavam no âmbito federal, no contexto político-econômico posterior ao Golpe jurídico-político-midiático de 2016, bem como à sobrecarga de trabalho dos docentes envolvidos com a EC na instituição. Esta última razão é a mesma que justifica a interrupção do curso de *Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro*, ofertado pelo CFP/*Campus Amargosa* entre 2011 e 2013, curso pioneiro na Universidade, mas descontinuado pela sobrecarga de trabalho docente.

A oferta dos cursos tem sido permeada pela realização de um conjunto de projetos e programas de ensino, pesquisa, extensão, iniciação à docência e educação tutorial em Educação do Campo que tem sido promovido na instituição, fortalecendo a formação acadêmica, a interação com as comunidades rurais e ensejando a produção de conhecimento sobre a temática.

Considerações finais

Os dados apresentados neste texto, especialmente as informações contidas no Quadro 1, evidenciam, por um lado, o esforço institucional da UFRB em ofertar cursos de Educação do Campo, mesmo sem recursos orçamentários iniciais destinados a estas ações; e, por outro lado, a importância de programas federais tais como o Procampo e o Pronera para o financiamento da política de formação da classe trabalhadora camponesa.

Foi através do Procampo e do Pronera que foram criados 4 cursos na instituição. O Procampo, ao ofertar 30 vagas docentes e 6 vagas de técnicos-administrativos, efetivas,

oportunizou à instituição formar um quadro de pesquisadores que contribuíram com a implantação de três cursos de licenciatura aprovados em 2012 e iniciados em 2013, mas envolveram-se, também, na execução de outras propostas já em desenvolvimento, fortalecendo-as, bem como contribuíram para a abertura de novas frentes de trabalho na Universidade. Estes dados evidenciam a importância do Procampo, especialmente o Edital de Seleção Nº 02/2012-Sesu/Setec/Secadi/MEC, de 31 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), resultado de um esforço do Ministério da Educação (MEC), atendendo reivindicações dos movimentos sociais do campo. Além das vagas docentes e de servidores técnicos, o edital possibilitava o acesso a R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) por aluno/ano, durante os três anos de implantação do curso. Tal edital, especialmente no que diz respeito às vagas docentes, consistiu em uma política estruturante, duradoura, que permitiu à Universidade resistir e manter as suas atividades de Educação do Campo, mesmo com os retrocessos ocorridos a partir do golpe de 2016.

Dado importante a ser destacado é que, mesmo em um contexto de retrocesso político, de esvaziamentos e descontinuidades de programas importantes da Educação do Campo ocorridos a partir do golpe de 2016 (Procampo, Pronera, Parfor, Pibid Diversidade); e, ainda, de violentos cortes orçamentários que asfixiaram a Universidade no período 2016-2022, a UFRB conseguiu resistir, mantendo o funcionamento dos cursos de Educação do Campo implantados em anos anteriores, em contextos mais favoráveis, deu continuidade aos processos seletivos para ingresso de novas turmas, e, mais que isso, conseguiu implantar três novos cursos (o *Tecnólogo em Alimentos na Educação do Campo*, iniciado em 2018.2, no Campus Feira de Santana; a *Especialização em Agroecologia e Tecnologias Sociais na Educação do Campo*, iniciado em 2022, também no Campus Feira de Santana; e a *Pós-graduação lato sensu em Residência Profissional em Ciências Agrárias*, iniciada em 2023, nos campi Cruz das Almas e Feira de Santana), ampliando assim as temáticas e linhas de pesquisa abordadas, os municípios/campi de oferta, ensejando maiores oportunidades de formação para a classe trabalhadora do campo.

Essas ações foram conseguidas graças ao esforço, dedicação e engajamento militante do coletivo de docentes, técnicos e estudantes envolvidos com a Educação do Campo na Universidade; à parceria com os movimentos sociais e sindicais do campo e outras organizações camponesas; além do apoio incondicional de setores da Administração Central,

incluindo Pró-reitorias, Assessorias e a Reitoria, que em diferentes gestões, desde os anos iniciais da Universidade, sempre se colocaram à disposição para apoiar e fortalecer a pauta da Educação do Campo na UFRB, não obstante os desafios oriundos de fatores externos e os enfrentamentos internos nos diferentes espaços da Universidade, pois que este é um contexto em que estão em disputa diferentes projetos de sociedade, de desenvolvimento do campo e de formação da classe trabalhadora.

Os cursos têm contribuído para oportunizar a camponeses e camponesas de diferentes regiões da Bahia e até mesmo de outros estados o acesso à Educação Superior gratuita. Dados sistematizados pelos autores indicam que até fevereiro de 2024 os cursos formaram 483 egressos, sendo 314 na graduação, 45 na especialização e 124 no mestrado (UFRB, 2024).

Referências

ALMEIDA, Márcia Batista de. **Indicadores de avaliação da implementação das Diretrizes para Educação do Campo em Amargosa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – PPGEDUCAMPO, CFP/UFRB, Amargosa, 2015. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/12-2013>. Acesso em: 28 fev. 2024.

AUGUSTO, Carlos. Reitor Paulo Gabriel fala sobre os desafios de construir uma universidade e a possibilidade de implantar campus da UFRB em Feira de Santana. **Jornal Grande Bahia**, 18 de março de 2011. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2011/03/reitor-paulo-gabriel-fala-sobre-os-desafios-de-construir-uma-universidade-e-a-possibilidade-de-implantar-campus-da-ufrb-em-feira-de-santana/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2002**. Brasília, DF: Inep, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Edital de Seleção Nº 02/2012 - Sese/Setec/Secadi/Mec, de 31 de agosto de 2012**. Brasília-DF: MEC; Sese; Setec; Secadi, 2012. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/edital_%2002_31082012.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Trabalho Necessário**, ano 2, (2), p. 1-16. 2004. Disponível em:

http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_02/TN2_CALDART_RS.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã: o Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Extinção da SECADI: a negação do direito à educação (para e com a diversidade). **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 2, n. 3, p.115-137, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>. Acesso em: 28 fev. 2024.

KOLLING, Edgar; Ir. NERY – FSC, MOLINA, Mônica. **Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília: Articulação por uma Educação Básica do Campo, 1999.

LIMA, Silvana Lúcia da Silva. O Protagonismo dos movimentos sociais na experiência da pós-graduação em Educação do Campo da UFRB. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 30, n. 61, p. 38-51, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v30n61/2358-0194-faeeba-30-61-38.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida dos. Fonec: a construção de um intelectual orgânico coletivo dos(as) camponeses(as) no Brasil. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, e29623, pp. 1-26, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

SANTOS, Camila Ferreira dos. **Agricultura Familiar nos Territórios Baianos**. 2009. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9278/1/TCC%20CAMILA%20FERREIRA%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa, questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 60-92.

UFRB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **UFRB 5 anos: caminhos, histórias e memórias**. Cruz das Almas: UFRB, 2010.

UFRB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Resolução CONAC/UFRB nº 016/2019, de 12 de junho de 2019**. Cruz das Almas: UFRB, 2019. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/soc/lista-de-resolucoes>. Acesso em: 28 fev. 2024.

UFRB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. [Cartilha informativa]. Cruz da Almas: UFRB, 2023.

UFRB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Dados estatísticos sobre a Educação do Campo.** Cruz das Almas: Pró-Reitoria de Planejamento; Coordenadoria de Tecnologia – COTEC, 2024.

Notas

ⁱ O presente artigo insere-se no âmbito do projeto de pesquisa **“Mapeamento da Realidade da Educação do Campo nos Territórios de Identidade do Recôncavo e Vale do Jiquiriçá-Bahia”**, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa OBSERVALE – Observatório da Educação do Campo da Região do Vale do Jiquiriçá, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Campus Amargosa e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), Edital 08/2015 .

ⁱⁱ A Secad foi criada no ano de 2004, por meio do Decreto 5.159/2004, no primeiro governo Lula da Silva, compondo a estrutura do MEC. No ano de 2011, já no governo Dilma Rousseff, é acrescentada a temática da “inclusão” e a pasta passou a denominar-se Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), tendo as atribuições, ações e programas antes vinculados à Secretaria de Educação Especial (SEESP) incorporados à Secadi (Jakimiu, 2021, p. 117).

ⁱⁱⁱ O curso de Pedagogia, assim como as licenciaturas em Física e Matemática, iniciou suas atividades no CFP/UFRB em 16/10/2006, reproduzindo o PPC herdado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tutora da implantação da UFRB nos termos do Decreto presidencial nº 5.568, de 27/10/2005.

^{iv} A data de início do curso considera o momento da aula inaugural de cada curso, ou seja, o período do seu começo efetivo, em que principiou as atividades acadêmicas da primeira turma.

Sobre os autores

Fábio Josué Souza dos Santos

Professor, Vice-reitor e ex-reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação do Campo – PPGEDUCAMPO/UFRB. E-mail: fabiosantos@ufrb.edu.br. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0009-9919-3781>.

Terciana Vidal Moura

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Docente e Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação do Campo – PPGEDUCAMPO/UFRB. E-mail: tercianavidal@ufrb.edu.br. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3772-7724>.

Recebido em: 02/11/2024

Aceito para publicação em: 22/11/2024